

30/7/98 gm
442

A-12

Mogno: exploração continua restrita

O governo brasileiro renovou, nesta segunda-feira, a proibição de novas licenças para a exploração de mogno na Amazônia. A medida, que vigora desde 1996, vai continuar valendo por mais dois anos. Na opinião do ambientalista Roberto Smeraldi, este pode ser mais um obstáculo para a certificação da madeira produzida no Brasil. "Quem quer investir em manejo sustentável não vai ter condições de explorar o mogno, a madeira de maior valor comercial no País".

Segundo ele, a medida adotada pelo governo prejudica a iniciativa privada e favorece o "oligopólio do mogno". Hoje, 81% do volume au-

torizado de exploração de mogno está nas mãos de apenas cinco empresas. Smeraldi diz que essas empresas acumulam diversas autuações por irregularidades, como exploração em reservas indígenas.

"Quem quiser investir no manejo e ter lucro com o mogno certificado vai ter que esperar pelo menos dois anos, ou seja, um investimento de longo prazo para os empresários", explica Smeraldi. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) contesta. José de Arimatéia Silva, diretor do departamento de Recursos Naturais Renováveis, afirma que a demanda

nos mercados interno e externo já é atendida, e que a medida é para preservar a espécie.

"Nós estamos aumentando a fiscalização em toda a Amazônia. A medida não favorece, de maneira nenhuma, a ilegalidade", diz Silva. Nos próximos dois anos o Ibama deve fazer um inventário da área de ocorrência de mogno no País.

O decreto não se aplica a florestas plantadas e a planos de manejos apresentados até 1996. A exportação é controlada desde 1990. Em 90 dias, o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama deverão editar normas de corte e exploração.

(R.L.)